



EDITORA SCIPIONE S.A.

Demonstrações Financeiras

Individuais em 31 de dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes



EDITORA SCIPIONE S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes**

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
DIRETORIA.....	39

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Editora Scipione S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Scipione S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Scipione S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Estela Maris Vieira de Souza
Contadora CRC 1RS046957/O-3 "S" SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
ATIVO

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	10.716	37.002
Contas a receber de clientes (nota 7)	60.110	70.904
Estoques (nota 8)	38.726	39.128
Impostos a recuperar (nota 9)	14.768	9.486
Demais ativos (nota 10)	715	3.328
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	125.035	159.848
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar (nota 9)	2.782	2.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	11.685	3.156
Depósitos judiciais (nota 17)	644	662
Venda de participação societária (nota 29.1)	55.815	-
Investimentos (nota 11)	-	134.289
Intangível (nota 12)	8.840	7.012
Imobilizado (nota 13)	7.394	9.241
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	87.160	157.119
TOTAL DO ATIVO	212.195	316.967

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
CIRCULANTE		
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	15.136	25.712
Fornecedores - Risco Sacado (nota 14.1)	19.508	18.474
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	14.426	12.575
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	186	417
Dividendos a pagar	-	1.298
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	49.256	58.476
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	8	-
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	201.373	202.994
Provisão para contingências (nota 17)	5.356	3.304
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	429	394
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	207.166	206.692
TOTAL DO PASSIVO	256.422	265.168
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 21)	45.926	45.926
Reservas de capital (nota 22)	4.943	3.231
Reservas de lucros (nota 22)	-	8.552
Transações de capital	-	(5.910)
Prejuízos acumulados	(95.096)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(44.227)	51.799
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	212.195	316.967

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita líquida (nota 23)	109.440	143.227
Custos dos produtos e serviços (nota 24)	(38.516)	(58.364)
LUCRO BRUTO	70.924	84.863
Despesas com vendas (nota 24)	(42.666)	(45.469)
Despesas gerais e administrativas (nota 24)	(27.654)	(24.571)
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 25)	466	(683)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	1.070	14.140
Receitas financeiras (nota 26)	6.010	6.173
Despesas financeiras (nota 26)	(31.776)	(12.497)
Variação cambial líquida (nota 26)	(234)	108
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	(24.930)	7.924
Resultado da equivalência patrimonial	(1.454)	199
Remensuração ao valor recuperável de ativos (nota 11.1)	(77.341)	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(103.725)	8.123
Imposto de renda e contribuição social (nota 27)	8.487	(2.657)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(95.238)	5.466
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$ (nota 22.5)	(0,02074)	0,00119

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				TOTAL
	Capital social	Reserva de capital	Opções outorgadas de ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	45.926	698	-	4.386	12.435	-	-	63.445
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.466	5.466
Plano de opção de compras de ações (nota 20)	-	-	2.533	-	-	-	-	2.533
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(12.347)	-	-	(12.347)
Transações de capital com a controlada	-	-	-	-	-	(5.910)	-	(5.910)
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição de reserva legal	-	-	-	273	-	-	(274)	(1)
- Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(1.387)	(1.387)
- Retenção de lucros	-	-	-	-	3.805	-	(3.805)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	45.926	698	2.533	4.659	3.893	(5.910)	-	51.799
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(95.238)	(95.238)
Plano de opção de compras de ações (nota 20)	-	-	1.712	-	-	-	-	1.712
Pagamento de dividendos lucros (nota 22)	-	-	-	-	(2.500)	-	-	(2.500)
- Absorção de prejuízos	-	-	-	(4.659)	(1.393)	5.910	142	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	45.926	698	4.245	-	-	-	(95.096)	(44.227)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado pelas operações (nota 28)	11.798	32.151
Juros pagos	(21.410)	(9.654)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(1.983)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(9.612)	20.514
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de:		
Imobilizado	(647)	(8.096)
Intangível	(3.532)	(1.909)
Aquisição de participação em coligada	-	(140.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(4.179)	(150.005)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	199.561
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(8.697)	(69.270)
Pagamentos de PAES e impostos parcelados	-	(2.378)
Dividendos pagos	(3.798)	(14.615)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(12.495)	113.298
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(26.286)	(16.193)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.002	53.195
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.716	37.002
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(26.286)	(16.193)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Editora Scipione S.A. (a "Companhia" e "Editora Scipione") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como acionista controlador a Somos Educação S.A. (anteriormente denominada Abril Educação S.A). A Companhia tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

Conforme demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015, a companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 44.227, especificamente ocasionado pelas operações oriundas da alienação de investimento na Central de Produções GWUP, contidas na nota explicativa 11.1.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2016.

1.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

a. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Companhia.

a. Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 – Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013:

i. CPC 46/IFRS 13 – Mensuração de valor justo:

Esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensuração ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.

ii. CPC 05/IAS 24 - Partes relacionadas:

Esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.

1.4. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas das avaliações, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

1.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

1.6. Ativos financeiros

1.6.1. Classificação

A companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia mantém aplicações em depósitos bancários que se enquadram como caixa e equivalentes de caixa.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

1.6.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo, por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber, fluxos de caixa, tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

1.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

1.6.4. Impairment de ativos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e

aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado pela diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

1.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente à comercialização no atacado (mercado público e privado) e varejo de livros (Editoras) voltados para a educação de escolas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Em geral a PCLD é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

1.8. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, reduzido pela provisão para obsolescência.

A Companhia efetua provisão para perdas para dos produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual pelo tempo de permanência dos itens nos estoques até o limite máximo de três anos. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

1.9. Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando há a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

1.10. Investimentos em Coligadas

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada, e parcela correspondente da mais valia.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia na perda da coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

A perda de diluição, ocorrida na aquisição inicial do investimento em coligada é reconhecida no patrimônio líquido, bem como a contrapartida do reconhecimento do valor corresponde à sua participação no ágio e mais valia.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligadas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

1.11. Ativos Intangíveis

Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares* de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos específicos e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 7 anos.

1.12. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem ativos fixos mantidos pela Companhia para alocação de suas atividades, composto basicamente pelas unidades próprias de ensino e as sedes de suas unidades corporativas. Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de apostilas do sistema de ensino e livros didáticos. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais e corporativo.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Categoria	Anos
Edifícios	25
Máquinas e Equipamentos Industriais	3 - 10
Instalações, Outras Imobilizações e Benfeitoria	5 - 10
Móveis e Utensílios, Veículos e Equipamentos de Computação	3 - 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

1.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e testados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o

ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

1.14. Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

1.15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

1.16. Provisões

As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) há uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem os custos com distratos comerciais com distribuidores de livros didáticos, saneamento de rede de franquias, e ajustes no quadro de pessoal e executivos. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a

probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

1.17. Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito no resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros, de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras. No balanço patrimonial, os saldos de direitos autorais estão apresentados na rubrica de produtos em elaboração, no grupo de estoques.

1.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são utilizados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

1.19. Benefícios a funcionários

A companhia possui os benefícios abaixo a empregados e não aplica benefícios pós-emprego, exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo, de que trata a CPC 33 (R1).

a. Obrigações de aposentadoria (Pensão)

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o EBITDA, metas e resultados atribuídos aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio da Superação, programa de participação nos resultados vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

c. Remuneração com base em ações

A Companhia, no contexto do Grupo Somos Educação, opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais as entidades recebem os serviços dos administradores e empregados da Companhia como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da Somos Educação. O valor justo dos serviços dos administrados e empregados da Companhia, recebidos em troca da outorga de ações, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das ações outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições de tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

1.20. Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

1.21. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

1.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Receita com venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

De acordo com o CPC 30, a receita é o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade, que resultam no aumento do seu patrimônio líquido.

O benefício econômico auferido pela Companhia ocorre no momento em que ocorrem as vendas dos livros ao aluno. Para que esta transação ocorra, a Companhia adota como primeira etapa da transação de venda, a divulgação do conteúdo dos livros aos professores. Desse modo, a venda onerosa do livro didático ao aluno é uma transação ligada essencialmente à divulgação aos professores, que ocorre gratuitamente. Portanto, o efeito comercial da venda aos alunos não pode ser efetivado sem se concretizar previamente as transações de divulgação aos professores.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

1.23. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação do IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge, e que o índice de *hedge* seja o mesmo que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor e considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, com base em estudos de viabilidade técnica que suportam o registro e a manutenção desses ativos.

b. Contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração entende que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia administradas pelo Grupo Somos Educação expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na prática, a Tesouraria Corporativa pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria Corporativa do Grupo Somos Educação que avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i. Riscos de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre de operações contratadas em moeda estrangeira, principalmente com fornecedores de tecnologia e de conteúdo editorial, em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui nenhuma operação a pagar em moeda estrangeira que justifique operações de hedge contratadas para fins de proteção.

ii. Risco de taxa de juros

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa investidos em instituições financeiras por meio de títulos e valores mobiliários de alta liquidez, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentes classificadas com grau de investimento em rating local por ao menos uma das três principais agências de risco (*Standard & Poor's*, *Moody's Investor* e *Fitch Rating*).

Em 31 de dezembro de 2015, as taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, remunerados à taxa média de 98,61% de variação do CDI.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso normal de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. A Administração mantém provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa investidos em instituições financeiras por meio de títulos e valores mobiliários de alta liquidez, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentes classificadas com grau de investimento em rating local por ao menos uma das três principais agências de risco (*Standard & Poor's*, *Moody's Investor* e *Fitch Rating*).

As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, remunerados à taxa média de 98,61% de variação do CDI.

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso normal de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. A Administração da Companhia mantém provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de reconciliação para os valores registrados no balanço patrimonial. Para projeção dos fluxos futuros a Companhia se utilizou das taxas médias atuais do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, ou seja, 14,14% a.a. (11,51%a.a. em 31 de dezembro de 2014).

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Em 31 dezembro de 2015						
Debêntures (nota 15)	13.472	54.108	270.570	338.150	(126.630)	211.520
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	2.231	3.337	-	5.568	(1.289)	4.279
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14 e 14.1)	34.664	8	-	34.672	-	34.672
Em 31 dezembro de 2014						
Debêntures (nota 15)	4.068	-	319.395	323.463	(120.934)	202.529
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	10.058	2.706	3.415	16.179	(3.139)	13.040
Contas a pagar por aquisição de participação societária (nota 30)	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14 e 14.1)	44.186	-	-	44.186	-	44.186

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 16)	215.799	215.569
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(10.716)	(37.002)
Dívida líquida	205.083	178.567
Total do patrimônio líquido	(44.227)	51.799
Patrimônio, acrescido da dívida líquida	160.856	230.366
Índice de alavancagem	127	78

A companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas líquidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, classificados como empréstimos e recebíveis, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, que incluem títulos e valores mobiliários, bem como duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis estão mensurados a valores justos. Em 31 de dezembro de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

b. Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa	124	86
Bancos conta movimento	391	227
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	10.201	33.409
Export Notes (ii)	-	3.280
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.716	37.002

(i) Os CDBs são remunerados à taxa média de 98,61% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mensurados pelo custo amortizado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(ii) *Export Notes* correspondem às aplicações indexadas em dólares americanos, cuja variação decorre em função da diferença de câmbio em relação ao Real + 0,34% a.a.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Livros didáticos e paradidáticos	61.046	72.319
Outras	235	258
TOTAL DE CLIENTES	61.281	72.577
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.171)	(1.673)
TOTAL DE CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	60.110	70.904
Circulante	60.110	70.904

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2015, do total do saldo de contas a receber (comercialização de livros didáticos e paradidáticos), o montante de R\$ 23.640 (2014 - R\$ 31.528) refere-se às vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, e a parcela restante refere-se às vendas no mercado privado.

b. Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
A vencer:	34.615	69.810
Vencidas: (i)	26.666	2.767
Até 30 dias	13.088	44
De 31 a 60 dias	11.247	26
De 61 a 90 dias	7	1.029
De 91 a 180 dias	127	50
De 181 a 360 dias	1.216	523
Há mais de 360 dias	981	1.095
TOTAL	61.281	72.577

(i) Em 31 de dezembro de 2015, dos saldos vencidos, R\$ 22.544 refere-se títulos em aberto das vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC. Valores estes que foram recebidos já em 2016.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo em 1º de janeiro	1.673	1.538
Adições/Reversões, líquidas	533	135
Perdas Efetivas	(1.035)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	1.171	1.673

8. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Produtos acabados	27.531	28.177
Produtos em elaboração	14.262	6.201
Matérias-primas	6.707	13.109
Importações em andamento	60	-
Provisão para <i>Impairment</i>	(9.834)	(8.359)
TOTAL DE ESTOQUES	38.726	39.128

A movimentação da provisão para *impairment* de estoques é como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldos em 1º de janeiro	8.359	8.720
Adições/Reversões, líquidas no exercício	1.885	2.871
Perda com estoque	(410)	(3.232)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO	9.834	8.359

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Imposto de renda e contribuição social antecipados (i)	4.745	2.103
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	8.665	6.172
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.483	1.900
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	449	426
Imposto de renda sobre aplicação financeira	1.161	1.580
Demais impostos	47	64
TOTAL DE IMPOSTOS A RECUPERAR	17.550	12.245
Circulante	14.768	9.486
Não circulante	2.782	2.759

- (i) Correspondem aos valores de prejuízos fiscais e de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados e constituídos em períodos anteriores, retenções na fonte do ano corrente e eventuais antecipações ocorridas neste ano com base em estimativas mensais referentes ao regime de apuração do lucro real anual e relativos a créditos constituídos ao longo deste exercício, atualizados monetariamente, e que serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo exercício seguinte, assim, permitidos pela legislação, de acordo com a política da companhia.
- (ii) Correspondem, substancialmente, aos créditos das contribuições de PIS e COFINS constituídos durante o ano corrente, nos termos da sistemática de apuração de PIS e COFINS não cumulativos, que gera o direito de apropriar créditos sobre determinados bens, insumos, custos e despesas de acordo com os parâmetros da legislação tributária brasileira, e que serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo exercício seguinte, assim, permitidos pela legislação, de acordo com a política da companhia.

10. DEMAIS ATIVOS

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Adiantamentos a empregados	115	359
Adiantamentos a fornecedores	63	2.350
Adiantamentos de direitos autorais	471	562
Outros	66	57
TOTAL DEMAIS ATIVOS	715	3.328
Circulante	715	328

11. INVESTIMENTOS

Em 27 de outubro de 2014, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a participação inicial da associada Central de Produções GWUP S.A, empresa do Grupo Somos Educação por meio de aumento de capital no valor de R\$ 140.000, mediante a emissão de 140.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas integralizadas pela Editora Scipione S.A., que passou a deter 13,39% de participação na GWUP, avaliada por equivalência patrimonial.

	GWUP
Investimento inicial	140.000
Perda de capital	(86.765)
	53.235
Ágio (<i>predecessor accounting</i>)	51.319
Mais Valia (<i>predecessor accounting</i>)	29.537
Equivalência patrimonial	199
Investimento em 31 de Dezembro de 2014	134.289
Equivalência patrimonial	430
Amortização de mais valia (alocação)	(1.884)
Redução ao valor recuperável de ativos (nota 11.1)	(85.932)
Custo da Alienação de participação societária (nota 11.1)	(56.590)
Ganho de participação em coligadas	9.687
Investimento em 31 de Dezembro de 2015	-

Saldo em 31.12.2014 - Participação direta Scipione - 13,39%	
Investimento inicial	140.000
Perda de capital	(86.765)
	53.235
Ágio (<i>predecessor accounting</i>)	51.319
Mais Valia (<i>predecessor accounting</i>)	29.537
Equivalência patrimonial	199
Investimento em 31/12/2014	134.289
Efeito no PL (*)	(5.910)

(*) O efeito no patrimônio líquido correspondente às contrapartidas dos lançamentos de perda de capital, e ajustes do *predecessor accounting* nos componentes de ágio e mais valia, demonstrados acima.

11.1. Alienação de Investimento – Central de Produções GWUP

Em dezembro de 2015, a companhia alienou a totalidade de suas ações detidas no investimento Central de Produções GWUP para a empresa Editora Ática S.A., pelo montante de R\$ 55.815, gerando um saldo atualizado de contas a receber em 31 de dezembro de 2015 (nota explicativa 29.1), e resultando em perda de capital no valor de R\$ 1.096. Tal alienação precedeu à operação anunciada no fato relevante divulgado em 15 de dezembro de 2015, pela SOMOS Educação S.A., sobre o anúncio da venda da Central de Produções GWUP.

As operações envolvendo a Central de Produções GWUP geraram um resultado líquido negativo de participação societária no montante total de R\$ 77.341, incluindo a perda de capital acima de R\$ 1.096, que refletiu, consequentemente, no Patrimônio Líquido Negativo da Companhia.

12. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de Amortização	Saldo líquido em 2014	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 2015
Sistemas de computação	20%	5.627	3.532	(1.181)	(1.704)	6.274
Software em desenvolvimento (i)	-	1.379	-	1.181	-	2.560
Outras	-	6	-	-	-	6
TOTAL DO INTANGÍVEL		7.012	3.532	-	(1.704)	8.840

	Taxas anuais de Amortização	Saldo líquido em 2013	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 2014
Sistemas de computação	20%	3.840	685	2.583	(1.481)	5.627
Software em desenvolvimento (i)	-	2.737	1.224	(2.583)	-	1.379
Outras	-	6	-	-	-	6
TOTAL DO INTANGÍVEL		6.583	1.909	-	(1.481)	7.012

(i) Refere-se substancialmente a projetos de infraestrutura TI e desenvolvimento de sites e conteúdos.

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/14	Adições	Baixas	Transferência	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/15
Edifícios	4%	87	-	-	-	(8)	79
Instalações	13%	3.736	163	-	-	(407)	3.492
Máquinas e equipamentos industriais	11%	18	-	-	-	(8)	10
Móveis e utensílios	10%	493	2	-	90	(79)	506
Veículos	33%	2.508	216	(95)	-	(920)	1.709
Equipamentos de computação	26%	1.168	142	-	-	(563)	747
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% a 20%	1.021	115	-	144	(414)	866
Imobilizações em andamento	-	210	9	-	(234)	-	(15)
TOTAL IMOBILIZADO		9.241	647	(95)	-	(2.399)	7.394

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/13	Adições	Baixas	Transferência	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/14
Edifícios	4%	95	-	-	-	(8)	87
Instalações	13%	366	28	-	3.597	(255)	3.736
Máquinas e equipamentos industriais	11%	26	-	-	-	(8)	18
Móveis e utensílios	10%	148	390	-	-	(45)	493
Veículos	33%	417	2.569	(88)	-	(390)	2.508
Equipamentos de computação	26%	478	1.236	-	-	(546)	1.168
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 20%	847	221	-	299	(346)	1.021
Imobilizações em andamento	-	454	3.652	-	(3.896)	-	210
TOTAL IMOBILIZADO		2.831	8.096	(88)	-	(1.598)	9.241

A Administração não identificou nenhum indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2015, bem como em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, não houve a necessidade de realizar cálculo de *impairment* para esses ativos.

14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fornecedores nacionais	580	7.058
Fornecedores estrangeiros	-	3.345
Salários e encargos sociais	10.423	8.364
Recebimentos antecipados de clientes	49	54
Direitos autorais a pagar	3.600	6.595
Outras contas a pagar	492	296
TOTAL FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR	15.144	25.712
Circulante	15.136	25.712
Não Circulante	8	-

14.1. Fornecedores - Risco Sacado

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fornecedores - Risco Sacado	19.508	18.474

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito do comprador, portanto, neste caso, Editora Scipione S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 1,25% a.m. (em 31 de dezembro de 2014, essa média ponderada foi de 1,01% a.m).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31 de dezembro de 2014	Baixa do Principal	Baixa de Juros	Provisão de Juros	Variação cambial	Custo transação debêntures	Transferência	31 de dezembro de 2015
Circulante								
Debêntures colocadas	3.784	-	(20.474)	26.364	-	206	2.484	12.364
BNDES - FINAME (i)	4.835	(4.634)	(532)	522	-	-	1.871	2.062
Empréstimos bancários	3.581	(3.473)	(363)	255	-	-	-	-
Em moeda estrangeira:								
BNDES - FINAME (i)	375	(590)	(41)	8	45	-	203	-
TOTAL CIRCULANTE	12.575	(8.697)	(21.410)	27.149	45	206	4.558	14.426
Não Circulante								
Debêntures colocadas	198.745	-	-	2.754	-	141	(2.484)	199.156
Em moeda nacional:								
BNDES - FINAME (i)	4.249	-	-	42	-	-	(2.074)	2.217
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL NÃO CIRCULANTE	202.994	-	-	2.796	-	141	(4.558)	201.373
TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	215.569	(8.697)	(21.410)	29.945	45	347	-	215.799

15.1. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo e as debêntures, em 31 de dezembro de 2015, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Saldo	% sobre total
2017	41.878	20,80%
2018	79.833	39,64%
2019	79.662	39,56%
TOTAL	201.373	100,00%

15.2. Debêntures

Em 31 de outubro de 2014 foi realizada a Segunda Emissão de Debêntures da controlada Editora Scipione S.A., em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 200.000 ao Preço Unitário de R\$ 1.000,00. Os recursos obtidos por meio destas emissões foram destinados ao resgate da totalidade das debêntures em circulação das respectivas controladas e para capital de giro. As emissões da Editora Scipione S.A. foi destinada ao aumento de capital da Central de Produções GWUP S.A. que utilizou o recurso para resgate da totalidade das debêntures em circulação da sua primeira emissão.

As principais condições estão descritas nos quadros abaixo:

Debênture Vigente	
Emissora	Editora Scipione S.A.
Emissão	2ª
Data de Emissão	31/10/2014
Vencimento	31/07/2019
Carência	33 meses
Pagamento Remuneração	Juros semestrais
Encargos Financeiros	CDI + 1,70% a.a.
Tipo de Emissão	Pública ICVM 476
Emissão Total (R\$)	200.000
Valor Total de Emissão Debêntures	200.000

Para manutenção das condições contratuais das emissões de Debêntures vigentes citadas acima, a Companhia Fiadora, que é a Somos Educação S.A., se obriga a manter Índices Financeiros mencionados abaixo, durante o período de vigência das debêntures.

- i. Índice de alavancagem igual ou inferior a 3,5 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 3,0 em 31 de dezembro de 2017 e; 2,5 a partir de 31 de dezembro de 2018 e anos subsequentes. Por Índice de alavancagem entende-se a relação entre a dívida líquida e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização Ajustado, incluindo a amortização do investimento editorial e baixas decorrentes de *impairment* de ativo (EBITDA Ajustado). Para aferição do EBITDA Ajustado, deverão ser incorporados os valores correspondentes ao EBITDA referente aos últimos 12 (doze) meses das escolas e sistemas de ensino que tenham sido adquiridos pela Somos Educação S.A. ou por qualquer de suas Controladas diretas ou indiretas, e,

- ii. Índice de cobertura de juros igual ou superior a 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2014 e anos subsequentes. Por Índice de cobertura de juros entende-se a relação entre o EBITDA Ajustado e as despesas financeiras líquidas relativas ao período de 12 meses imediatamente anteriores.

Em 31 de dezembro de 2015, a Controladora cumpriu com todos os requisitos vigentes.

15.3. BNDES – FINAME

Em junho de 2012, a Companhia, contratou linha de crédito junto ao BNDES (Finem) e o banco repassador Bradesco no valor de R\$ 23.877, para financiamento dos gastos com Plano Editorial e Impressão com encargos financeiros que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a. e vencimento em janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo dessa operação é de R\$ 4.279 (em 31 de dezembro de 2014 R\$ 8.118).

15.4. Empréstimos bancários

Referem-se a cédulas de créditos, com o objetivo de capital de giro, da Companhia, com encargos financeiros de CDI + 1,8% a.a., cronograma de amortização em 06 parcelas semestrais a partir de 03 de abril de 2013 e, conseqüentemente, vencimento em outubro de 2015, integralmente quitadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a taxa efetiva média para empréstimos e financiamentos, debêntures e BNDES é de 15,01% a.a.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
INSS	43	139
IRRF	83	168
Outros	60	110
TOTAL IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	186	417
Circulante	186	417

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda provável, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, de acordo com a natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a. Composição:

Processos	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Trabalhistas	5.306	3.304
Cíveis	50	-
TOTAL PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	5.356	3.304

b. Movimentação:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.855	-	4.855
Atualização monetária e juros	389	-	389
Constituição de provisão	59	-	59
Baixa de provisão:			
- Por reversão	(1.999)	-	(1.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.304	-	3.304
Atualização monetária e juros	1.030	-	1.030
Constituição de provisão	972	50	1.022
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.306	50	5.356
Contingências	5.376	50	5.426
Depósito Judicial Redutores da Provisão	(70)	-	(70)
TOTAL	5.306	50	5.356

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e, posteriormente, atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

A Administração procedeu à atualização das estimativas de perdas com processos baseado em seus assessores jurídicos considerando o objeto e a fase processual das ações.

A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

iii. Processos trabalhistas

Não há nenhum processo ou ação individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

iv. Processos cíveis e tributários

Não há nenhum processo ou ação individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

17.1 Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Depósitos judiciais	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributários	643	448
Trabalhistas	1	214
TOTAL DEPÓSITOS JUDICIAIS	644	662
Depósitos judiciais	714	662
Depósitos judiciais redutores da provisão	(70)	-
TOTAL	644	662

17.2 Na opinião da Administração, todos os processos judiciais e administrativos foram adequadamente provisionados e para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos, a Administração entende que são mais favoráveis as chances de sucesso nesses casos. As contingências em discussão judicial, classificadas como perdas possíveis, não provisionadas, são como seguem:

Processos (Perda Possível)	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributários	43.294	27.816
Trabalhistas	3.338	4.082
Cíveis	34.691	30.425
TOTAL CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS	81.323	62.323

Em 31 de dezembro de 2015, parte substancial dos processos tributários com risco possível refere-se a processos administrativos de declaração de compensação de IRPJ, COFINS e de ICMS, no montante de R\$ 8.609 e, também, em virtude da avaliação de probabilidade de perda anteriormente classificada como perda remota em um processo tributário referente a IRPJ e CSLL, foi reclassificado para possível, representando R\$ 12.656, baseado no posicionamento da administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos, em decorrência de relevante alteração na composição da Câmara Superior de Recursos Fiscais – CARF.

Em 31 de dezembro de 2015, parte substancial dos processos cíveis com risco possível, no montante aproximadamente de R\$ 33.683 (2014-R\$ 29.500), refere-se a dois processos judiciais relacionados à rescisão contratual com distribuidores.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2015, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, é a seguinte:

	2015	(Debitado)/ creditado ao resultado	2014
Imposto diferido ativo			
Prejuízos fiscais e base negativa (i)	7.136	7.136	-
Depreciação da revisão de vida útil	36	36	-
Provisão para contingências	1.821	698	1.123
Provisão para devedores duvidosos	58	(41)	99
Provisão para participação nos lucros - PLR	219	75	144
Provisão para gratificação	263	263	-
Provisão para obsolescência	-	-	-
Provisão para devolução de produtos	-	(313)	313
Perdas em direitos autorais	35	(208)	243
Plano de opção de compra de ações	1.557	582	975
INSS sobre opções outorgadas	289	122	167
Provisão gastos com reestruturação	185	185	-
Diferenças temporárias	86	(6)	92
TOTAL IMPOSTO DIFERIDO ATIVO	11.685	8.529	3.156
Imposto diferido passivo			
Diferenças temporárias	(429)	(35)	(394)
TOTAL IMPOSTO DIFERIDO PASSIVO	(429)	(35)	(394)
		2015	2014
Ativo de imposto diferido a ser realizado após 12 meses		11.685	3.156
Passivo de imposto diferido a ser realizado após 12 meses		(429)	(394)

- (i) A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseados na previsão orçamentária da Companhia, que é revisada e aprovada pela Administração, levando-se em consideração cenários econômicos, taxas de desconto e outras variáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

18.1. Lei 12.973 de 2014

A Companhia adota as disposições previstas na Lei 12.973/2014, que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), desde sua vigência a partir do exercício de 2015.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

19.1. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada ("Abrilprev") desde dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuaram contribuições a Abrilprev no montante de R\$ 227 (2014 - R\$ 350). A contribuição pela patrocinadora atualmente é de 1,3272% (2014 - 2,0162%), e o plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras.

O plano de previdência Abrilprev é de contribuição definida, portanto, nenhuma provisão para possíveis passivos atuariais é necessária. Assim que as contribuições são feitas, a Companhia não têm outras obrigações relativas a pagamento adicionais.

19.2. PLANO DE SAÚDE

A Companhia participa do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas do Grupo Somos Educação. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 1.954 (R\$ 1.697 em 2014).

20. PLANO DE PAGAMENTO BASEADOS EM AÇÕES

Em 19 de março de 2015, o novo Plano de Remuneração de Pagamento Baseado em Ações “Programa 4” foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da SOMOS Educação S.A. e deferido por meio do Ofício nº 462/2015/CVM/SEP/GEA-1 em 13 de novembro de 2015.

Plano de Remuneração ("Programa 4")		
Data de aquisição do direito	01/01/2014	01/01/2015
Data estimada da outorga	31/05/2015	31/05/2016
Quantidade de ações outorgada	2.612.577	2.612.577
Preço de ações na data estimada da outorga - R\$ (i)	12,33	13,65
Preço estimado de ações Exercício - R\$	-	-
Prazos de carência (<i>vesting</i>)	5 anos a partir de 2015	5 anos a partir de 2016

(i) O método utilizado para determinar o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos para o novo plano é o Black Scholes.

As diretrizes do Programa 4 consideram os instrumentos de incentivo aos administradores e empregados elegíveis, que por meio do atingimento de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração receberão pagamentos em ações de emissão da Somos Educação S.A naquele exercício social, desde que atingidas as metas e condições estabelecidas. O número total de ações incluídas no Programa 4 está sujeito ao limite global de 5% do capital social, no limite de 1% do capital social por ano (5 anos). A efetiva transferência das ações cumprirá as regras estabelecidas no programa, de acordo com os termos e condições definidos para a concessão das ações.

Considerando que a Companhia, subsidiária integral da Somos Educação S.A., é parte do “Programa 4”, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, reconheceu uma despesa no montante de R\$ 1.712 (em 31 de dezembro de 2014 R\$2.533), apresentadas no resultado do exercício na rubrica Despesas Gerais e Administrativas em contrapartida ao Patrimônio Líquido, apresentadas na rubrica Opções outorgadas de ações.

21. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social é de R\$ 45.926, dividido em 4.592.554.300 ações ordinárias sem valor nominal.

22. RESERVAS

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reservas de capital	698	698
Opções outorgadas (nota 20)	4.245	2.533
TOTAL	4.943	3.231
Reservas de lucros		
Reserva legal	-	4.659
Reserva de retenção de lucros (i)	-	3.893
TOTAL	-	8.552
TOTAL RESERVAS	4.943	11.783

(i) Pagamento de dividendos conforme AGE de 29 de maio de 2015

22.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

22.2. Reservas de capital

A reserva de capital somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros.

22.3. Reservas de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2014, parte da reserva de lucros no montante de R\$ 7.508 foi utilizada para a compensação do prejuízo do exercício.

Considerando que em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta saldo de prejuízos no exercício, não foram propostos dividendos.

22.4. Dividendos propostos

O estatuto da Companhia prevê que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal, a ser calculada no final de cada exercício social.

	31 de dezembro de 2014
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	5.466
Constituição de reserva legal	(274)
Saldo a distribuir	5.192

Em 31 de dezembro de 2015, devido resultado da Companhia não possuímos dividendos propostos.

22.5. Lucro (prejuízo) por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia, como segue:

	Em 31 de dezembro de 2015	Em 31 de dezembro de 2014
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(95.238)	5.467
Quantidade média ponderada no período (em milhares)	4.592.554	4.592.554
Lucro Líquido (Prejuízo) Básico e Diluído por ação (R\$)	(0,02074)	0,00119

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não tem ações potenciais diluidoras (por exemplo: dívida conversível ou opções de compra de ações), portanto o lucro (prejuízo) por ação diluído é o mesmo que o lucro (prejuízo) por ação básico.

23. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Venda bruta de produtos líquida de devolução	109.505	143.302
Impostos sobre vendas	(65)	(75)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA	109.440	143.227

24. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(10)	(1.420)	(2.673)	(4.103)	(4)	(720)	(2.355)	(3.079)
Despesas com pessoal	(1.299)	(16.952)	(11.876)	(30.127)	(1.034)	(16.230)	(12.489)	(29.753)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(25.993)	(361)	(861)	(27.215)	(38.086)	(532)	(266)	(38.884)
Amortização de investimento editorial	(6.830)	-	-	(6.830)	(16.055)	-	-	(16.055)
Serviços de terceiros	(364)	(4.330)	(3.385)	(8.079)	(502)	(5.777)	(7.350)	(13.629)
Fretes	(3.975)	(121)	(8)	(4.104)	(2.602)	(282)	(7)	(2.891)
Manutenção e reparos	(24)	(854)	(3.766)	(4.644)	(48)	(669)	(1.820)	(2.537)
Direitos autorais	-	(8.521)	-	(8.521)	-	(10.453)	-	(10.453)
Comissões	-	(282)	-	(282)	-	(758)	-	(758)
Mídia	-	(67)	-	(67)	-	(3)	-	(3)
Eventos e seminários	-	(5)	-	(5)	-	(12)	-	(12)
Promoções	(1)	(739)	-	(740)	(1)	(1.898)	(80)	(1.979)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	502	-	502	-	(135)	-	(135)
Aluguel	-	(4.888)	(1.385)	(6.273)	(9)	(5.717)	(477)	(6.203)
Viagens e representações	(1)	(1.540)	(98)	(1.639)	-	(1.462)	(190)	(1.652)
Processos / Contingências	-	-	(2.597)	(2.597)	-	-	930	930
Outras despesas, líquidas	(19)	(3.088)	(1.005)	(4.112)	(23)	(821)	(467)	(1.311)
TOTAL DESPESAS POR NATUREZA	(38.516)	(42.666)	(27.654)	(108.836)	(58.364)	(45.469)	(24.571)	(128.404)

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos sociais.

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Aluguéis	51	42
Descontos Obtidos	-	44
Ganho na venda de imobilizado	1.039	69
Perda na venda de imobilizado	(55)	(85)
Multas fiscais e contratuais	(526)	(578)
Doações	(41)	(175)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2)	-
Outras Receitas (Despesas), líquidas	466	(683)

26. RESULTADO FINANCEIRO

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
RECEITAS FINANCEIRAS:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	5.045	6.003
Juros ativos (i)	591	137
Outros	374	33
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	6.010	6.173
DESPESAS FINANCEIRAS:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	(30.402)	(11.891)
Juros sobre outros passivos	(1.022)	(1.228)
Outros	(352)	622
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(31.776)	(12.497)
VARIAÇÕES CAMBIAIS:		
Ganhos cambiais	154	544
Perdas cambiais	(388)	(436)
TOTAL VARIAÇÕES CAMBIAIS	(234)	108
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(26.000)	(6.216)

(i) Refere-se principalmente a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

27. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, nos resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, compõem-se de:

A conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição é como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(103.725)	8.123
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	35.266	(2.762)
Equivalência patrimonial	(494)	68
Perdas (ganhos) de capital	3.293	-
Diferenças permanentes - Remensuração e baixa de investimentos (i)	(29.217)	-
Outras diferenças permanentes	(354)	(178)
Diferenças temporária, sem constituição do imposto de renda diferido	-	(52)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativas anos anteriores	-	-
Benefícios fiscais	-	73
Outros	(7)	194
TOTAL DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.487	(2.657)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7)	(2.457)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.494	(200)

(i) Vide Nota Explicativa 11.1

28. CAIXA GERADO PELAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(95.238)	5.466
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	4.103	3.079
Baixa na venda de imobilizado	95	88
Resultado de equivalência patrimonial	1.454	(199)
Provisão para contingências	2.052	(1.551)
Imposto de renda diferido	(8.494)	200
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(502)	135
Opção de compra de ações	1.712	2.533
Remensuração ao valor recuperável do ativo (11.1)	77.341	-
Amortização custo de transação das debêntures	347	398
Variação cambial	45	-
Juros e variação cambial, líquida	29.624	12.100
Variação no capital circulante		
Contas a receber de clientes	11.296	(5.882)
Estoques	402	4.639
Impostos a recuperar	(5.305)	(4.757)
Demais ativos	2.613	476
Depósitos judiciais	18	507
Fornecedores e demais contas a pagar	(9.534)	12.858
Impostos e contribuições a pagar	(231)	79
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	1.982
TOTAL CAIXA GERADO PELAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES	11.798	32.151

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

29.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas, estão sumariados a seguir:

Partes relacionadas	31 de dezembro de 2015				
	Circulante			Resultado	
	Contas a Receber	Venda Participação Societária (i)	Fornecedores a Pagar	Vendas (Custos/ Despesas) líquidas	Receitas (despesas), Financeiras, líquidas
Editora Ática S.A	9	55.815	84	-	321
Acel Administração de Cursos Educacionais Ltda	15	-	-	-	-
Colégio Motivo Ltda.	7	-	-	-	-
Curso PH Ltda.	-	-	-	5	-
Somos Sistema de Ensino S.A.	-	-	-	165	-
TOTAL PARTES RELACIONADAS	31	55.815	84	170	321

(i) Vide Nota Explicativa 11.1

Partes relacionadas e Demais partes relacionadas	31 de dezembro de 2014				
	Circulante			Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores e demais contas a pagar	Dividendos e juros sobre capital próprio	Venda (Custos/ despesas), líquidas	Receitas (despesas), financeiras, líquidas
Abril Comunicações S.A (i)	2.295	1.934	-	(12.372)	(131)
Abril Educação S.A.	-	-	1.298	-	-
Outras	49	20	-	(529)	10
TOTAL PARTES RELACIONADAS E DEMAIS	2.344	1.954	1.298	(12.901)	(121)

(i) Referem-se principalmente a serviços de produção gráfica na elaboração de livros e rateio de serviços compartilhados.

Os empréstimos com partes relacionados são concedidos e obtidos por meio de contratos de mútuo e corrigidos pela taxa de juros do CDI.

29.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos	990	1.239
Participação nos lucros	440	572
Pagamento baseado em ações	1.712	2.533
TOTAL REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	3.142	4.344

30. SEGUROS

A Editora Scipione S.A. tem por política garantir a cobertura por meio de seguros para diversos riscos inerentes à operação de sua empresa.

Para todos os imóveis de propriedade da companhia ou alugados por ela, há uma apólice de Seguro Patrimonial Corporativa – Grupo Somos Educação - prevendo a cobertura contra incêndios, alagamentos, vendavais, raios, explosões, dentre outros. O limite máximo de indenização (LMI) para esta apólice é de R\$ 80.000, com os devidos sublimites dependendo do imóvel e do tipo de sinistro. Os valores cobertos por imóvel correspondem ao patrimônio total de cada localidade, somando-se o edifício, as máquinas e equipamentos e os estoques.

O Grupo possui ainda, apólices para proteção para danos causados a terceiros no curso de suas operações, para cobrir ações contra executivos e administradores, para garantir reparação por danos materiais e corporais em

acidentes envolvendo sua frota de veículos e para cobertura de perdas e avarias em suas cargas transportadas. Vale pontuar que todas as apólices de seguros foram contratadas com companhias de seguros do mercado brasileiro.

Todas as apólices de seguros foram contratadas com companhias de seguros do mercado brasileiro.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1. Recebimento saldo em aberto a receber do Programa Nacional do Livro Didático “PNLD” 2015

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 22.763, referente ao contas a receber do PNLD em aberto em 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA

EDUARDO SILVEIRA MUFAREJ
Diretor Presidente

Diretores:

DANIEL CORDEIRO AMARAL
FERNANDO SHAYER
MARIO GHIO JUNIOR
IVAN SARTORI FILHO
ELZIMAR GOUVÊA ALBUQUERQUE

SANDRA CRISTINA DUARTE
Contadora CRC – 1SP168582/O-2